

MOEDA CRÉDITO: UMA CONDIÇÃO QUE PERMITE A CRISE INFLACIONÁRIA *

Alain Lipietz **

Sumário

Um exame sobre a noção de moeda crédito pura sob a ótica da teoria marxista da forma do valor. São indicadas as condições necessárias dentro da teoria marxista para que qualquer instrumento sirva na qualidade de moeda, e investiga-se o desenvolvimento do fetichismo do valor, sendo este percebido como a base da transição de moeda mercadoria para moeda crédito. Os pré-requisitos teóricos e a gênese histórica da moeda crédito são então delineados com o objetivo de entender por que, dentro do contexto de moeda crédito, a crise pode assumir a forma inflacionária.



Na literatura corrente, a presente crise é freqüentemente considerada como sendo a consequência de erros monetários, particularmente com referência ao conceito de disponibilidade de "crédito fácil". A explicação mais simplista desse tipo é aquela que se vincula ao déficit de longo prazo do orçamento dos Estados Unidos. Diz-se que a corrente lógica vai de um excesso da criação da moeda à inflação, à impossibilidade de cálculos econômicos de médio prazo, à crise nos setores industriais. Os pesquisadores marxistas discordam radicalmente de tal argumento, colocando as coisas em ordem inversa. A crise seria consequência da impossibilidade de manter o regime de acumulação existente, que é baseado em um modo particular de extrair a mais-valia. Durante os últimos anos, muitos livros publicados na França, aproximam-

* Tradução de Béky Morón de Macadar e Marcelo Ramos Oliveira. Revisão de Luiz Augusto Estrela Faria. Artigo original: LIPIETZ, Alain (1982). *Credit money: a condition permitting inflationary crisis. The review of Radical Political Economics*, New York, Union for Radical Political Economics, 14(2):49-57, Summer.

** Pesquisador do CEPREMAP, Paris.

do-se do “marxismo ortodoxo”, desenvolveram esta noção¹. Suas conclusões são apresentadas nesta seção.

Após a 2ª Guerra Mundial, um novo modo de extrair mais-valia foi generalizado. Foi chamado de “fordismo” (Aglietta, 1979) e criou um grande aumento na produtividade como contrapartida do crescimento na composição técnica do capital. A produção rapidamente crescente encontrou mercados através da expansão dos padrões de consumo dos trabalhadores. O equilíbrio dinâmico — incluindo aumento de produtividade, aumento na composição técnica do capital e aumento no salário real — foi sustentado dentro de um estável sistema de “acumulação intensiva” através de um conjunto fixo de processos institucionais, denominado de “regulação monopólica”. Esse regime de acumulação, no entanto, está enfrentando os clássicos sintomas da crise: o crescimento da taxa de exploração e da produtividade não mais compensa o crescimento da composição técnica do capital. A taxa de lucro, conseqüentemente, tem apresentado uma tendência à queda, e os esforços dos capitalistas em elevá-la, somados com o choque no preço do petróleo, aceleraram a crise².

A “superestrutura monetária” proposta por esta análise permanece por ser construída. Sem a construção de tal estrutura não se pode entender porque a presente crise tem várias facetas diferentes das crises capitalistas precedentes (incluindo a dos anos 30). Antes, a recessão estava relacionada com preços declinantes, seguindo o crescimento dos preços que acompanhava a expansão. Atualmente, porém, o crescimento dos preços acelerou-se no começo da crise, nos anos 70, e estabilizou-se em patamares relativamente altos, mesmo com a continuação da estagnação da produção. A condição que permite uma ocorrência tão singular é o predomínio da moe-

¹ O presente artigo elabora algumas idéias do Relatório (Benassy et alii, 1977) do Centre d'Etudes Prospectives d'Economie Mathématique Appliquée à la Planification (CEPREMAP) e de Lipietz (1979a). Nossa pesquisa faz parte de uma grande corrente da literatura marxista francesa recente (Aglietta, 1979; Boyer & Mistral, 1978; Coriat, 1979; Granou, Billaudot & Baron, 1979). No que respeita especificamente ao tópico da moeda, veja Brunhoff (1971) e Grou (1977).

² Muitos políticos e economistas de direita na França simplesmente explicam a crise por um arrocho dos lucros causados por uma excessiva elevação do salário real. Tal argumento ignora o fato de que um crescimento constante dos salários reais durante as décadas de 50 e 60 proveu o consumo de massa que era pré-requisito do crescimento da produtividade característico do regime da acumulação intensiva. Mas não houve nenhum declínio significativo da taxa de exploração antes da crise de 1974, tanto na França como em qualquer dos principais países industrializados. Sendo assim, deve-se levar em conta o crescimento da composição orgânica do capital (Lipietz, 1981).

O crescimento da composição orgânica do capital não é refutado pelo “argumento devastador do Teorema de Okishio” (Van Parijs, 1980). Esse teorema baseia-se em uma dupla hipótese de que o salário real é constante e que a força motivadora da mudança tecnológica é a competição entre os capitalistas invés da luta de classes no processo de trabalho. A dupla hipótese não se verifica no contexto do fordismo, portanto o teorema de Okishio é irrelevante (Lipietz, 1980).

da crédito. É claro que uma acumulação de dívida sempre existiu como fundamento da moeda metálica. Historicamente, a crise habitualmente começaria com o colapso do crédito. A corrida em direção à “moeda autêntica” (o ouro) é então motor do desmoronamento dos preços durante o craque. Hoje, porém, parece não existir outra moeda além da moeda crédito, pelo menos não dentro dos mercados nacionais. Só existem folhas de papel, ordens de telex e registros contábeis nos livros dos bancos. Qual é o *status* dessa moeda?

A maioria dos marxistas suspeitam da noção de moeda crédito (mesmo como moeda legal) baseados em um poderoso argumento captado por Marx na frase: “Ouro é (. . .) moeda com referência a todas as outras mercadorias somente porque era previamente uma simples mercadoria” (Marx, 1967, p. 70). Essa frase geralmente é interpretada no sentido de que uma verdadeira moeda para poder cumprir as funções de mercadoria universal deve pelo menos ser corporificada em uma mercadoria particular, uma cristalização do trabalho abstrato. Caso contrário, como poderia a moeda expressar valor? Nosso objetivo neste artigo é mostrar que essa condição estabelecida por Marx não é tão restritiva como pode parecer, e que, dentro da estrutura da teoria marxista do valor, há espaço para a noção de moeda crédito pura.

Em primeiro lugar, assinalaremos as condições necessárias (de acordo com a teoria marxista) para que qualquer instrumento sirva na qualidade de moeda. Sendo a forma da moeda baseada no fetichismo do valor, devemos então investigar o desenvolvimento de tal fetichismo. Acharemos que este último é a base da transição da moeda mercadoria para a moeda crédito. Após, devemos delinear os pré-requisitos teóricos e a gênese histórica desta última forma. A partir daí, poderemos compreender porque, dentro do marco da moeda crédito, a crise pode assumir a forma inflacionária.

Da forma valor à forma moeda

O valor pode ser reduzido à sua substância — trabalho social abstrato —, e sua medida é a quantidade de trabalho incorporado. Isto é pacífico. Mas a questão crucial relaciona-se com a forma valor. Por que essa incorporação do trabalho assume a forma de um valor inerente ao produto? A resposta de Marx é porque a produção social se organiza como a soma das atividades das unidades “privadas”, operando independentemente umas das outras. A socialização do trabalho privado toma a forma de uma troca de produtos, envolvendo em si dois aspectos: 1) a transferência de valores de uso entre proprietários de acordo com os valores relativos, talvez “transformada” por outras relações sociais, assim como a equalização dos lucros, a formação das rendas, etc. (Lipietz, 1979b; 1982); e 2) a confirmação, por esse meio, da validação social de cada unidade privada de trabalho.

Aqui exploraremos o segundo aspecto, sendo que o primeiro se discute na exposição ortodoxa da “lei do valor”. Em **O Capital**, Marx começa com a relação social que resolve **concretamente** a contradição social/privado, isto é, a troca. A partir daí, deduz a necessidade da moeda. O que é que ocorre em relação à forma mais simples do valor, na troca de uma quantidade x de uma mercadoria **A** por uma

quantidade **y** de uma mercadoria **B** (tantas jardas de tecido por um casaco)? A questão envolve não apenas o aspecto quantitativo e a relação simétrica de igualdade à qual a análise da troca é frequentemente reduzida, isto é:

$$xA = yB$$

Também envolve a relação polar:

$$xA \rightarrow yB$$

O termo à esquerda na segunda relação é a **forma relativa** de valor; o termo à direita é a **forma equivalente**. Qual é a distinção/qualitativa entre estes? Primeiro, **xA** priva-se do seu valor de uso. Na realidade, **xA** é reduzido (e também na mente do produtor de **A**) a um produto puro, cristalizado, de trabalho “em geral”. Não obstante, ao mesmo tempo, a mercadoria **B** é elevada às alturas de representante de trabalho universal. $(y/x)B$ se converte na expressão do valor de **A**, seu valor de troca, não seu valor *stricto sensu*, mas a expressão do seu valor, embora uma expressão eventual e local dele. Por outro lado, **B** também possui um valor de uso para o produtor de **A**. Portanto, **B** tem dois valores de uso para o produtor de **A**: um que deriva de sua forma natural (a forma de um casaco), enquanto que o outro, de sua capacidade (independente de sua forma natural) de representar, na troca, o valor de **A**; de ratificar, ou de **validar socialmente**, o trabalho gasto na produção de **xA**.

Portanto, a mais simples relação de troca assegura um valor de uso potencial que pode ser adquirido por **qualquer** mercadoria. Qualquer mercadoria pode ser usada como um equivalente de outras, que depois expressam seu valor em relação a ela. Ao destruir a simetria da equivalência na troca — ao colocar uma distinção entre formas relativas e equivalentes —, Marx resolve de um modo materialista o problema que o deixara perplexo anteriormente (Marx, 1970)³. É a troca efetiva que proporcionaliza à mercadoria utilizada como equivalente a propriedade que o valor de uso assume sob a forma aparente de seu contrário, o valor, e, da mesma maneira, o trabalho privado assume a forma de seu contrário, isto é, o trabalho na sua forma diretamente social (Marx, 1967a, p. 72-5).

O problema da identidade do valor de uso e valor de troca não se resolve misticamente via moeda como em **Para a Crítica da Economia Política**. Já está resolvido: tão logo uma mercadoria mantenha-se como um equivalente de outra, seu valor é estabelecido. Naturalmente, o problema fica totalmente resolvido apenas se a mercadoria não precisa existir ao longo do tempo na forma relativa. O problema é solucionado **socialmente**, e no agregado, somente se uma mercadoria é excluída do conjunto das mercadorias.

Portanto, a lógica reclama (e a história procura) um subconjunto de mercadorias (vacas, metais e outros) aos quais se dê oficialmente o *status* de equivalente ge-

³ Para a Crítica da Economia Política, datada de 1857, apresenta um argumento bastante diferente daquele de O Capital I, datado de 1867. Esses elementos dos dois textos não podem ser intercambiados. Neste sentido, os *grundrisse* apresentam dois diferentes argumentos, aquele similar ao do Para a Crítica da Economia Política é rotulado idealista pelo próprio Marx.

ral; sendo, individualmente, a mercadoria na qual qualquer outra mercadoria pode expressar seu valor. Isso implica que qualquer outro valor de uso derivado da forma natural de uma mercadoria neste subconjunto deve ser negado, ou pelo menos subordinado, ao seu uso como equivalente geral. Graças a essa característica, somente esta mercadoria tem a **propriedade de troca incondicional, imediata**, que se exige dela como representante do trabalho universal dispendido em qualquer lugar dentro da divisão social do trabalho. A equivalência geral em si, que *stricto sensu* é o que denominamos “moeda”, não pode expressar seu próprio valor, exceto **na série infinita de todas as outras mercadorias** que são seu “poder de compra”.

A possibilidade e a necessidade lógica de elevar uma mercadoria em particular a equivalente geral ficam, portanto, demonstradas pela forma de troca mais simples. O processo histórico dessa elevação é outra questão. É um ato de força, que acompanha o surgimento da política (em outras palavras, do Estado) naquelas comunidades em que se desenvolve a divisão social do trabalho. Guilbert (1976), usando a análise freudiana e lacaniana, faz uma comparação relacionando esse movimento de seleção/exclusão e os mitos da criação; os vínculos sociais, na forma de totem no nascimento da história social. O próprio Marx compara a eleição da moeda entre todas as mercadorias com a eleição de um papa entre todos os católicos. A necessidade lógica dessa eleição não implica a eleição de uma mercadoria em particular. Isto é o resultado de um conjunto complexo de circunstâncias históricas. Podemos ver que a escolha não precisa ser de uma mercadoria qualquer.

Examinemos cuidadosamente as condições em que a moeda atinge o privilégio de ser o único equivalente que não assume a forma relativa — o representante do trabalho privado que é imediatamente social. Em primeiro lugar, qualquer trabalho privado, cujo produto é eventualmente trocado, é, em consequência, um trabalho social. Não obstante, o trabalho representado pela moeda é o único trabalho a ser canonizado, *a priori*, como social. É uma decisão da sociedade, isto é, de seu representante, o Estado. Em segundo lugar, esse privilégio parece ser outorgado a um produto (ouro). Não obstante, isto é apenas um efeito do mesmo fetichismo que faz aparecer o valor como uma propriedade das coisas.

Suponhamos que uma economia produtora de mercadorias fosse de tal forma que as mercadorias ainda não validadas pela troca pudessem ser, até certo ponto, “pré-validadas”. Nesse caso, os representantes dessas mercadorias e até o trabalho privado do qual são o produto, poderiam, teoricamente, assumir o papel da moeda. Esta é a tese que vamos desenvolver. Antes de fazer isso, porém, daremos uma olhada no fenômeno, “fetichismo”, por meio do qual a sociabilidade do trabalho toma a aparência de valor, e por meio do qual o valor consegue um representante.

O desenvolvimento do fetichismo

Entende-se por fetichismo o fato de, numa sociedade produtora de mercadorias, as relações entre as pessoas aparecerem, necessariamente, como sendo propriedade dos produtos. Não se costuma dizer que Pedro e Paulo alocaram seu trabalho

de acordo com a divisão social do trabalho. Normalmente, diz-se que cada um deles produz mercadorias de igual valor. Numa economia **capitalista**, contudo, o fetichismo alcança uma maior magnitude. Nessa economia, o valor é o objetivo principal da produção. Não se diz apenas que as duas mercadorias têm o mesmo valor, mas também que o valor sofre uma metamorfose, de uma mercadoria em outra, até mesmo com uma expansão da magnitude do valor.

O valor e o valor em processo são dois fenômenos diferentes. O primeiro é social e sincrônico: é um mapa da divisão social do trabalho na forma de proporções quantitativas entre os produtos. O outro é individual e diacrônico: trata-se de um valor preservado no tempo, que se metamorfoseia. Fora da corrente de trocas bilaterais — $A \rightarrow B, B \rightarrow C$, etc. — emerge uma nova entidade econômica — $A \rightarrow B \rightarrow C \dots$ — chamada de “valor em processo autônomo” (Marx, 1967a, p. 146-55): uma série de mercadorias passando pelas mãos de um único proprietário no processo de circulação. O fato de que este processo está entrecortado por fases durante as quais o valor em processo se expande não é relevante no momento (embora seja o tema de quase todo **O Capital II**!).

Naturalmente, o segundo fenômeno deriva do primeiro. A sua substância é o trabalho social abstrato. A sua forma é um desenvolvimento da forma elementar do valor. A sua magnitude é a medida instantânea do valor daquela mercadoria na qual se encontra provisoriamente incorporada. Ambos os fenômenos, porém, são igualmente “reais”, uma vez que são objeto de fetichismo. Por analogia, poder-se-ia dizer tanto que as oscilações sucessivas das moléculas na superfície da água acionam o aparecimento da onda, quanto que a propagação de uma onda põe em movimento as moléculas sucessivas. Da mesma maneira, poder-se-ia dizer que dentro da circulação, trocas sucessivas fazem circular mercadorias do mesmo valor, ou que o valor em processo flui de mercadorias em mercadorias, circulando entre elas.

No capitalismo, a segunda fase do fetichismo é preponderante. Sob a regulação monopolista, ela é gradualmente dotada de uma maior consistência. Neste contexto, a rede da produção e reprodução social aparece como o entrelaçado de dois tipos de valor em processo:

1) valor em processo como capitais que toma a forma clássica $\dots \rightarrow D \rightarrow P \dots$
 $M \rightarrow D' \rightarrow \dots$ (o capital dinheiro é trocado por capital produtivo, que se transforma em capital mercadoria, através do processo produtivo, sendo que esse capital mercadoria, por sua vez, é realizado num fluxo monetário);

2) valor em processo como força de trabalho, que assume a forma $FT \rightarrow S \rightarrow C \dots$
 $FT \rightarrow$ (a força de trabalho é vendida por salários, os salários são trocados por bens de consumo, usados para a reprodução da força de trabalho nas unidades familiares).

Esses valores autônomos, não obstante, vinculam-se através da troca de bens de capital e pelas relações entre as mercadorias e a força de trabalho que se regulam por relações de valor instantâneas. Assim, a distribuição de valores em processo, através da divisão social do trabalho fica sujeita a restrições sociais e econômicas. Marx (1967b) expressou essas restrições como funções de relações de valor instantâneas. Quando se obedece a um esquema de reprodução (ou padrão de reprodução), isto

equivale ao fato de que, ou as equações do esquema de reprodução expressam uma distribuição correta, socialmente validada, de valores autônomos entre os departamentos, ou uma distribuição correta de trabalho vivo e trabalho abstrato cristalizada entre os departamentos⁴.

A esse significado dual do valor, expresso pelos esquemas de reprodução, chamamos de “dualidade urdidura—trama”⁵. Consideremos a textura de um tecido. O tecido será liso, sem dobras ou rasgões, se e somente se os fios da trama guiados pela lançadeira são devidamente apertados em fileiras entre os fios da urdidura — de modo análogo à sucessão de mapeamentos instantâneo de valor. A dualidade mantém-se enquanto as normas de produção e troca (que determinam as razões de valor) permanecem constantes, ou pelo menos variam juntas em alguma proporção definida. Do contrário, haverá inchações ou fendas, indicando que os valores em processo não podem, simultaneamente, respeitar sua própria lógica de conversão e expansão, bem como desempenha também as exigências de distribuição designadas pelos valores existentes dentro de um certo regime de acumulação⁶.

Todos os segredos da crise, e sua forma, repousam na impossibilidade de manter esta dualidade trama—urdidura, devido a revoluções contínuas no padrão de valores sincrônicos. Essas revoluções expressam as lutas de classe dentro da produção e da distribuição. Naturalmente, as pequenas perturbações são sempre atenuadas através do mecanismo regulador de preços do mercado. Contudo, a tendência a longo prazo da acumulação capitalista (o aumento da mais-valia relativa, o aumento da composição orgânica do capital, a tendência à queda da taxa de lucro, etc.), resulta numa “(. . .) gradual acumulação de divergências que ora levam à crise, ora se afirmam gradativamente e são reconhecidas como uma mudança nas condições” (Marx, 1967c: 518).

A distinção entre valor sincrônico e o valor autônomo é, portanto, uma contradição real. É a base da teoria de Marx sobre a crise.

⁴ Por exemplo, se um estoque de capital $C_1 + V_1 + S_1$ é aplicado no departamento I e se um estoque de capital $C_2 + V_2 + S_2$ é aplicado no departamento II, então é sabido que o sistema econômico experimenta a reprodução simples $C_2 = V_1 + S_1$; isto é, a quantidade de trabalho vivo alocado (instantaneamente) no departamento I deve ser igual ao trabalho corporificado nos meios de produção consumidos no mesmo período no departamento II.

⁵ A urdidura representa o regime de acumulação que domina a iniciativa privada dos produtores (Lipietz, 1979a).

⁶ Uma analogia tomada emprestada de Einstein é a tentativa de estender uma malha quadrada, por projeção, sobre uma superfície distorcida. A formalidade geral é aquela da geometria diferencial, a matriz das normas de produção e consumo fazendo o papel da forma riemanniana que permite, em certos casos, o movimento de uma medida ao longo de uma curva (aqui, ao longo do tempo de circulação).

“Aqueles que acham que o ganho, por parte do valor, de uma existência independente seja apenas uma abstração esquecem que o movimento do capital industrial é esta abstração *in actu*. O valor aqui passa por várias formas, vários movimentos em que se reproduz e, ao mesmo tempo, se expande, aumenta. Como aqui estamos preocupados principalmente com a simples forma deste movimento, não levaremos em considerações as revoluções que o valor capital poderá sofrer durante o circuito. Mas, é claro que não obstante todas as revoluções do valor, a produção capitalista existe e pode perdurar contanto que o valor capital seja levado a criar mais-valia, isto é, contanto que descreva seu circuito como um valor que ganhou independência, portanto, desde que as revoluções em valor sejam equilibradas de algum modo. Essas revoluções periódicas no valor, pois, confirmam o que supostamente devem refutar, isto é, que o valor como capital adquiriu existência independente, que se mantém e se acentua através de seu movimento” (Marx, 1967b, p. 105-6).

“Superadas e equilibradas de algum modo”, escreve Marx. Muito vai depender do tipo de moeda que subsista, o que, por sua vez, dependerá do modo existente de regulação capitalista.

O desenvolvimento das formas de moeda

Agora que já comentamos os dois estágios de desenvolvimento da forma de valor e os correspondentes estágios do fetichismo, podemos logicamente associá-los a duas formas do símbolo do valor, da moeda.

Da consolidação do valor em processo à moeda crédito

O valor sincrônico delinea o equivalente entre grupos de mercadorias que possuem o mesmo valor. O processo realizado fundamentalmente pelo Estado, pelo qual uma determinada mercadoria é selecionada destes grupos equivalentes, estabelece uma mercadoria como a moeda mercadoria. A característica física dessa mercadoria, ouro — que é quase infinitamente divisível —, permite a representação de cada grupo por uma quantidade de moeda de igual valor. A moeda ouro preenche os pré-requisitos teóricos da moeda. Esta, classicamente, deve preencher três funções: 1) padrão de preço; 2) meio de circulação; e 3) meio de pagamento e de reserva de valor. Como Marx observou, somente a terceira função implica a forma social característica da moeda autêntica, qual seja, a capacidade de socialmente validar a produção privada sem ser ela mesmo validada. Moeda guardada fora da esfera de circulação (i. e., reserva de valor) sempre representa valor social. Quando usada para saldar um débito (meio de pagamento), ela sanciona uma transação cuja validade social pode somente ser antecipada.

Suponhamos que o processo de reprodução realizado por valores em processo baseado na produção capitalista adquira uma certa regularidade. Entendemos por isto que qualquer mercadoria é bem sucedida em realizar o *salto mortale* (Marx, 1967a, p. 106) quando encontra a prova de sua validação social; ou seja, quando conseguiu ser convertida em moeda. Supomos, em outras palavras, que os produtos são sempre vendidos e que a força de trabalho é sempre comprada. Valores em processo são, portanto, determinados a serem preservados (no caso da força de trabalho) ou serem expandidos (no caso do capital).

Tal regularidade, que pode ser antecipada porque é garantida pelo mecanismo de pré-validação, constitui a essência da regulação monopolista. Suas condições sociais são: 1) contratos regulares para os trabalhadores apoiados em um sistema de salários indiretos (benefícios adicionais), pelos quais os trabalhadores são garantidos de que o poder de compra de seus salários será mantido — no pico do sistema, antes da crise que agora se desloca, os salários reais dos trabalhadores aumentaram na proporção das revoluções no valor ocasionados pela intensificação do fordismo; 2) centralização do capital financeiro permitindo aos capitalistas não somente orientar suas produções dentro das mudanças da divisão social do trabalho, mas até mesmo trazê-la parcialmente sob controle, moldar a divisão do trabalho; e 3) intervenção do Estado, que garante as duas condições precedentes, bem como a nova forma da criação da moeda abaixo discutida (Brunhoff, 1976).

Essas condições, que são necessárias para um sistema de acumulação intensiva, não são objeto deste estudo. Elas estão consideravelmente desenvolvidas em outro estudo (Lipietz, 1979a). Listamo-as aqui simplesmente para enfatizar a importância das condições sociais que estão por trás do domínio da moeda fiduciária.

Em geral, quando tais condições existem, podemos assumir que o “duplo moinete”⁷ opera uniformemente (a força de trabalho é regularmente contratada, ou pelo menos está sempre à disposição, e o capital é regularmente lucrativo. Enquanto o trabalhador está trabalhando, ele percebe um tanto por mês; enquanto o capital investido está percebendo seu tanto por ano.

Que banqueiro hesitaria em suprir tais clientes com meios de circulação baseados na renda antecipada? E que banco central hesitaria em garantir tais meios de circulação, que são tão prudentemente assegurados como meios de pagamentos?

É claro, as coisas não são tão simples. Mas presumindo que o sistema de troca da produção, do consumo e da distribuição permaneça estável, ou pouco mu-

⁷ *Doub le moulinet* em francês. A expansão alemã *Zerickmuhle*, que literalmente significa um duplo moinho ou “duplo carretel”, é empregada por Marx em seu sentido figurado significando um dilema. A expressão é usada seguidamente por marxistas franceses modernos. A tradução inglesa de *O Capital* (Marx, 1967a, p. 577), no entanto, omite a expressão. “É [o dilema de] o processo mesmo que incessantemente joga de volta o trabalhador ao mercado como vendedor de sua força de trabalho que incessantemente converte seu próprio produto em um meio pelo qual um outro homem pode comprá-lo”.

de — e que tudo produzido seja realizado ao seu “preço regulador”⁸ —, então se, por exemplo, a taxa de lucro geral é de dez por cento, as quatro afirmações seguintes são equivalentes, quinhentos dólares representam: 1) o valor de x gramas de ouro; 2) o valor da cesta de consumo dos trabalhadores que é igual ao valor de x gramas de ouro; 3) o salário mensal normal de um trabalhador com uma determinada especialização que possa consumir a mencionada cesta básica; 4) o crescimento anual de cinco mil dólares de capital, ou seja, o capital suficiente para contratar por um mês dez trabalhadores com nível de especialização mencionado em 3).

Devido à estabilidade do sistema e à plena realização da produção, é possível deslizar sub-repticiamente da definição do dólar em termos de “valor sincrônico” à definição em termos de valor em processo; valor em processo, sendo uma sucessão de formas que são imaginadas como sendo sempre realizadas sob a forma de moeda. A medida desse valor é a quantidade de moeda na qual pode ser transformada sob condições normais. Moeda crédito é a quantidade de meios de pagamento proporcionada pelas instituições criadoras de crédito aos agentes econômicos à base da realização antecipada do valor em processo comumente existindo sob formas não monetárias, tais como estoques. É justamente porque a moeda crédito **representa um valor ainda não realizado** que ela pode cumprir o papel de moeda autêntica, isto é, de meio de pagamento. Mesmo sendo um símbolo — sem ser o produto do trabalho — a moeda crédito nem por isso é menos capaz de socialmente validar o trabalho privado; trabalho corporificado em determinadas mercadorias procurando a realização. Em vez de tratar o produto pronto, o que estamos examinando aqui é o trabalho sendo realizado. Assim, em vez da lei de que o ouro é um valor de troca, encontramos em seu lugar a lei de que valor em processo pode ser realizado.

A origem e a lógica da moeda crédito

Já discutimos as condições sociais que embasam a criação da moeda através da pré-validação dos valores em processo, o que aquela moeda representa. A forma concreta tomada por esta criação de moeda varia de país a país, mas um modelo geral pode ser discernido.

Com a generalização do crédito, um débito reconhecido — i. e., um débito que simboliza uma reivindicação sobre um valor em processo — é capaz de funcionar como moeda por tanto tempo quanto houver confiança de que este débito será pago; Por isso, o termo “crédito”. Tais reivindicações representam a antecipação do pagamento em “meios de pagamentos autênticos”. Essa antecipação é baseada: 1) no “bom risco” do tomador, como no caso da hipoteca; 2) na capacidade de auferir

⁸ Essa é uma noção mais geral que o “preço de produção”, que inclui impostos indiretos, aluguel, etc.

renda do trabalhador, como no caso da usura, ou no crédito ao consumidor; 3) na posse de mercadorias à espera de realização, como no caso dos títulos de crédito comerciais; ou 4) na posse de capital produtivo que pode ser usado para produzir mercadorias para venda no mercado, como no caso dos títulos industriais.

A monetarização dos títulos financeiros, i. e., a transformação destes em meio de circulação, é o que cria a moeda crédito. No que diz respeito ao uso prático pelos indivíduos, a moeda crédito não é facilmente distinguida da moeda ouro. “Localmente”, ou seja, entre um número limitado de indivíduos, a moeda crédito pode funcionar como um verdadeiro meio de pagamento. A distinção entre as duas formas de moeda é posteriormente apagada à medida que a moeda mercadoria desaparece de circulação e é substituída por símbolos tais como títulos bancários e cheques. Não obstante, enquanto seu uso permanece restrito a um número limitado de indivíduos, a moeda autêntica, possuída pelos bancos, permanece moeda mercadoria (ouro). Este é o caso que prevaleceu desde o nascimento da burguesia comercial durante a Idade Média, até o começo do século XIX. Títulos bancários eram um tipo de **instrumento de dívida** que, por sua vez, representava valores em processo que o banco esperava fossem realizados como **moeda autêntica**. Os títulos bancários por si, entretanto, não eram considerados como moeda autêntica.

A história da moeda pode ser entendida como o progressivo reconhecimento como moeda autêntica daquela moeda que previamente **representava** a moeda autêntica no circuito da circulação; sendo a moeda autêntica aquela que não circulava, mas que era guardada em reservas como meio de pagamento em último recurso⁹ Levi-Garboua (1981, p. 154) corretamente observa:

“Novas formas de moeda somente são aceitas lentamente e raramente são percebidas até que a forma anterior, a qual complementavam desapareça. As novas formas surgem mais como ‘promessas de pagar moeda autêntica’ que instrumentos técnicos para ajudar a circulação da moeda (autêntica). Na medida em que os novos instrumentos tornam-se comuns, eles deixam de ser vistos como meios de economizar moeda e tornam-se progressivamente indistinguíveis da própria moeda (ou, se desejar, eles aceleram a circulação da moeda). A perspectiva muda, o instrumento logo torna-se reconhecido como moeda. A hierarquia das formas monetárias evolui, e os limites da moeda são indistinguíveis. Alguns instrumentos podem ser analisados tanto como meios de acelerar a circulação da moeda como também formas de moeda totalmente desenvolvidas”.

O processo histórico ocorreu em duas etapas. Primeiro, os bancos centrais conseguiram o monopólio sobre a emissão de moeda-papel, enquanto esta ainda re-

⁹ Isto é refletido historicamente pela substituição do *currency principle* (prevalência do meio circulante - N. do T.) pelo *banking principle* (prevalência das normas bancárias - N. do T.) no pensamento econômico ortodoxo.

presentava o ouro. Os demais bancos eram capazes de trocar seus instrumentos de débito por estas notas de acordo com normas pré-estabelecidas. Após 1914, as notas e depósitos nos bancos centrais são declarados inconvertíveis em ouro. Todo o crédito concedido pelos sistemas bancários poderia, assim, ser potencialmente transformado em emissão de moeda — uma potencialidade que poderia ser realizada a qualquer momento via operações de mercado aberto ou por empréstimos da carteira de descontos¹⁰. A política monetária, então, representa a imposição pelo banco central de seu julgamento face a como fazer consistentes as escolhas dos bancos — tais escolhas sendo feitas em antecipação à validação social do trabalho privado de seus clientes.

Utilizamos o termo “validação *ex-ante*” para expressar a validação antecipada das mercadorias pelos bancos através de suas realizações e pela correspondente emissão de meios de circulação. Utilizaremos o termo “pseudo-validação” para aludir a transformação desses meios de circulação em meios de pagamentos pelos bancos centrais.

Pode ser notado que até este ponto a argumentação esteve limitada à estrutura nacional. A última função da moeda ouro descrita por Marx é a de moeda universal no mercado mundial, a qual é dividida entre Estados-Nações; ou seja, entre “zonas sociais” homogêneas, com uma única forma de moeda empregada em cada zona. E muito cedo, de fato, o ouro foi considerado como sendo a moeda universal, mas isto não é por si uma situação “natural”. De fato, hoje (e talvez desde 1945), podemos estar testemunhando um terceiro estágio na história monetária. Os Direitos Especiais de Saque (DES) podem estar sucedendo ao dólar, que por sua vez sucede ao ouro. Os DES podem representar o reconhecimento de uma moeda fiduciária internacional.

Moeda e crédito

Moeda e crédito não se tornaram idênticas apesar de a moeda transformar-se em moeda crédito. Moeda é um meio de circulação e um meio de pagamento. **Crédito é um uso dado à moeda.** O possuidor de moeda empresta-a a um dono de valor em processo. Esse pode usar a moeda imediatamente. Em troca, deve pagar uma parte da expansão de seu valor em processo ao emprestador, por exemplo, o pagamento de juros.

A grande “contradição da moeda crédito” (Levy-Garboua, 1981) é o fato de que todo crédito bancário, até mesmo aquele que aparece como simples intermedia-

¹⁰ Há uma diferença óbvia entre os EUA e a França no que respeita à condução da política monetária. Na França, os bancos de segunda linha tomam extensamente recursos do banco central. Isso difere da prática americana de financiamento **direto** do déficit governamental através da criação de moeda. Na França o débito do governo está em posse dos bancos de segunda linha.

ção financeira, é acompanhado pela criação de moeda crédito. A criação da moeda crédito não é determinada pela “necessidade” do sistema; a moeda crédito não é criada pelos bancos em favor de economias produtoras de mercadorias. Como qualquer agente privado, os bancos cumprem esta função por que é do seu interesse¹¹ fazer.

A concessão de crédito corresponde à demanda do capital produtivo (que antecipa a plena valorização e a realização) e assim a circulação de moeda não mais funciona como “variável controladora”. Ela torna-se **endógena** ao sistema econômico. Ela é limitada pelas estimativas dos bancos das oportunidades abertas para o uso do crédito por parte de seus clientes. Aumentos nas taxas de juros para desencorajar os empréstimos (por capitalistas ou consumidores) fazem pouco para limitar a criação de moeda, como demonstrado por recente experiência da Grã-Bretanha e Estados Unidos.

Podemos rejeitar, portanto, a teoria do “multiplicador da oferta de moeda”, pela qual a “quantidade de moeda” é regulada pela “base monetária” emitida pelo banco central. É mais correto propor um “divisor” monetário, que na prática é um índice daquela parte do valor validada *ex-ante* pelos bancos privados, que também é pseudo validado pelo banco central. A contínua diminuição da magnitude deste divisor indica a crescente autonomia dos valores em processo dentro do sistema de regulação monopolista.

A restrição de ajustamento e a reconciliação das divergências

Apesar da existência da regulação monopolista e da moeda crédito, o capitalismo permanece uma economia produtora de mercadorias na qual nada garante que a orientação do capital existente e a distribuição de renda continuarão compatíveis com um dado esquema de reprodução. As constantes revoluções no processo de trabalho que estão ligadas ao fordismo cria cataclismas nas relações de valor. Os esquemas de reprodução correspondentes aos regimes de intensa acumulação podem ser expressos formalmente (Billadout, 1976), mas o melhor planejamento, coordenação e regulação não podem garantir, *a priori*, que esses serão respeitados. Na prática, a estrutura do capital nunca deixa de ter dobras e rasgões; a extensão e a compressão do tecido são determinados pelas transformações nas relações de valor.

A teoria marxista entende isto como um desenvolvimento desigual, tendência de queda da taxa de lucro, etc. Descartada uma revolução social, tais irregularidades devem ser eliminadas de uma maneira ou outra. Alguns valores em processos devem parecer, ou pelo menos, ser desvalorizados. Em outras palavras, a “oferta de trabalho privado” não será completamente validada socialmente.

¹¹ Há aqui um trocadilho intraduzível em torno dos dois sentidos do termo interesse, que em inglês, como em francês, ou em espanhol, também quer dizer juros (N. do T.).

Devemos examinar brevemente o sistema de formação de preços nominais antes de examinar como a forma da moeda influencia o método de reconciliar a divergência entre as obrigações privadas sobre os valores em processo, por um lado, e as relações sócio-econômicas que determinam a consistência requerida pela acumulação. Os marxistas dão grande ênfase na decomposição do valor em seus componentes: o valor adicionado é dividido entre valor da força de trabalho e mais-valia; a mais-valia é dividida entre lucro, juros e aluguéis. O objetivo é enfatizar que toda renda corresponde a alguma parcela do trabalho socialmente validado. Limitar a análise a isto, todavia, é permanecer no primeiro estágio da obra de Marx — a análise das relações **internas** à vida sócio-econômica. Referindo-se a Smith, Marx chamou esta de “economia esotérica” (Marx, 1968, p. 169). Para além disto, deve ser explicado como tais relações internas surgem no mundo do fetichismo; ou seja, como são transformadas em restrições aos agentes econômicos e em orientação a ser seguida pelos mesmos. Da teoria esotérica do valor deve derivar a “economia exotérica”, o mundo encantado dos preços e da renda, onde as verdadeiras relações estão invertidas (Marx, 1967c; 1971; Lipietz, 1979). Em vez de valor que pode ser subdividido, a economia exotérica baseia-se nos preços nominais de oferta que parecem ser a soma de seus componentes — custo das matérias-primas, salários, lucros, juros, renda, etc. — e que estão interligados pelo que Marx referiu-se como as relações superficiais dos “fatores de produção” (capital, trabalho, terra).

Desde que a produção seja realizada, confirmando as relações internas codificadas nos esquemas de reprodução, então os produtos podem ser negociados no mercado aos preços de oferta decorrente dessas relações. As relações externas são elas próprias derivadas das relações de valor, de acordo com leis tais como a famosa lei de transformação de valores em preços de produção. O sistema de valores é, não obstante, periodicamente distorcido por revoluções no processo de trabalho, nas relações entre as classes, etc. Tais mudanças não são diretamente refletidas pelas relações externas que regulam a evolução dos valores nominais dos valores em processo. A divergência entre preço de oferta e o preço realizado é uma indicação disso. É o que nós chamamos de “problema do ajustamento”.

Um exemplo disto é o que encontramos no modelo simples de Sraffavon Neumann popularizado pela controvérsia envolvendo os “marxistas algébricos” e o “problema de transformação”. Nesse modelo, as relações externas (preço) são: 1) de que o salário é igual ao preço da cesta de consumo comandada pelos trabalhadores (ou, **alternativamente**, para facilitar o processo de transformação, os salários igualam uma dada fração do preço do produto líquido (Lipietz, 1981); 2) de que o preço de oferta de uma mercadoria é igual ao seu custo de produção mais o *mark up* correspondente à taxa de lucro normal auferida pelos capitalistas. Deve ser observado que ambas as leis são “derivadas” de relações de valor instantâneas através do mecanismo de transformação (Lipietz, 1982). Tais leis, portanto, definem somente um sistema de preços relativos instantâneos. Sendo relações externas, contudo, tais leis servem como elos intertemporais, já que os preços de oferta em um período são derivados dos custos gerados no período anterior. Se o *mark up* aplicado é, de fato, a taxa de lucro baseada na relação entre mais-valia e capital investido, então o nível geral de

preços se manterá constante. O que poderia acontecer, porém, se a taxa de lucro real — como definida pelas relações internas de valor — declinasse, enquanto os capitalistas continuassem a marcar os preços baseados na taxa maior?

A resposta a esta questão depende de a forma de moeda em uso ser a moeda mercadoria ou a moeda crédito. No primeiro caso, o ajustamento é alcançado automaticamente através de uma mercadoria. No segundo caso, o ajustamento é global, e os efeitos da reconciliação das divergências são difusos. O efeito das conexões intertemporais nos sistemas de preços nominais é sentido em uma, de duas maneiras. No caso da moeda mercadoria, um grama de ouro sempre possui o mesmo preço. Os preços assim declinarão, a fim de que sejam realinhados com as relações internas. No caso da moeda crédito, por outro lado, a renda monetária das duas classes sociais é definida em termos nominais — um tanto por mês para os trabalhadores e uma dada taxa anual de retorno ao capital. Segue, portanto, que os preços aumentarão a uma taxa de inflação igual a diferença entre a taxa de lucro real e a taxa nominal (Marx, 1967c, p. 180; Nikaito & Kobayashi, 1978).

Conclusão

Não pretendemos de maneira alguma ter explicado todas as causas da presente crise, muito menos estabelecer os elos entre os movimentos nas relações de valor, produção e preços¹². Simplesmente indicamos como a instituição da moeda fiduciária permitiu a forma inflacionária tomada pela atual crise. Nosso objetivo tem sido o de desenvolver um aspecto fundamental das economias produtoras de mercadorias. Esse aspecto é a “restrição monetária” (Aglietta, 1979), i.e., a necessidade de cada mercadoria fazer o “salto mortal” da validação social através de uma troca por moeda. Esta **restrição não pode ser eliminada de uma economia produtora de mercadorias**, não importa quão sofisticado seja o método de planejamento, ou de regulação. Não importa, neste sentido, se a moeda autêntica não mais é uma “mercadoria autêntica” (produto do trabalho humano). A restrição é meramente **deslocada**.

¹² As outras causas da inflação são: 1) o esforço de preservar o valor nominal daquele capital produtivo que foi empregado, mas que não foi socialmente validado, isto é, capital fixo obsoleto e trabalhadores que, por uma ou outra razão, não podem ser despedidos; 2) o crescimento, ou ao menos a não redução dos rendimentos devidos à luta de classes, isto é, renda da terra, rendimentos da pequena produção mercantil e lutas entre lucros e salários.

Ligando a inflação ao processo de produção, a regulação monopolista, ao garantir poder de compra, funciona claramente como um “cordão de segurança”, protegendo contra os efeitos da depressão como aquela dos anos 30. O modelo econométrico de Boyer & Mistral (1978) pode ser entendido como um modelo exotérico de formação dos preços de oferta sob regulação monopolista. Nesse modelo, as tensões no regime de acumulação são transformados em fatores inflacionários que são sujeitos à estimação empírica.

Uma característica da regulação monopólica é a considerável diminuição no perigo deste salto de mercadoria convertida em receita monetária(M-D), ou força de trabalho em salários(FT-S). O perigo tem sido transferido, não obstante, ao fluxo de moeda transformada em capital produtivo(D-P), e ao fluxo de salários transformados em artigos de consumo(S-C). As mercadorias podem ser vendidas a um preço “administrado”, salários podem ser garantidos pela barganha coletiva, e os preços podem ser determinados pela imposição de um *mark-up*. Qual então será o poder de compra de moeda assim obtida? Além disso, qual será seu poder de compra em relação às mercadorias importadas de outros países com diferentes moedas fiduciárias? Estes são os problemas¹³.

Por estas razões, podemos rejeitar uma objeção final levantada por certos marxistas contra a elevação da moeda crédito à categoria de moeda autêntica, no sentido marxista. Marx (1973) lutou contra esquemas utópicos como aquele de Proudhon dos “vales-trabalho”, que previa, de uma forma favorável ao proletariado, a introdução de moeda baseada em “valor-em-processo”. Proudhon preconizava que os trabalhadores recebessem “vales-trabalho” na proporção de taxas trabalhadas; que os preços das mercadorias fossem expressos como o número de horas trabalhadas corporificadas em cada mercadoria. O erro de Proudhon foi em pensar que o trabalho é imediatamente social, enquanto que a moeda crédito somente antecipa a validação social, quando aquele é ainda incerto. As políticas do banco central, que podem vir a ser desviadas pelo risco real de inflação, podem somente provisoriamente reforçar tal validação *ex-ante* através de pseudo validação.

Pode ser contestado que este complexo sistema de *ex-ante* e pseudo validação não é tão efetivo quanto o antigo sistema de moeda que era “boa como ouro”. Isso passa por cima do fato de que não há nada natural no monopólio exercido pelo ouro como a forma de equivalente geral. O uso do ouro como equivalente geral foi o resultado da exclusão de todas as mercadorias comuns de tal função: um verdadeiro ato de força do Estado. Hoje, tais atos de força do Estado tomam a forma de emissão da moeda — como os Direitos Especiais de Saque (DES) — ou fixando determinados níveis de reserva e assim por diante. A necessidade desse tipo de ação do Estado é consequência da impossibilidade da acumulação intensiva baseada no sistema da moeda mercadoria.

¹³ O caso limite é o do capitalismo de Estado Soviético, onde tudo que é posto à venda pelos produtores é comprado pelo Estado. Nesse caso, o dinheiro não é mais suficiente para garantir o poder de compra. As crises de superacumulação, então, tomam a forma de escassez (Bettelheim, 1981).

Bibliografia

- AGLIETTA, Michel (1979). **A theory of capitalist regulation: the US experience.** London, New Left Books.
- BENASSY, J. P. et alii (1977). **Aproches de l'inflation: l'exemple français.** Paris, CEPREMAP. (Relatório ao CORDES).
- BETTELHEIM, Charles (1981). **Les luttes de classe en URSS.** Paris, Seuil. v. 3.
- BILLAUDOT, B. & BARON (1976). **L'accumulation intensive.** Paris, Université de Paris I. (Tese).
- BOYER, R. & MISTRAL, J. (1978). **Accumulation, inflation et crise.** Paris, Presses Universitaires de France.
- BRUNHOFF, Suzane de (1971). **L'Offre de monnaie.** Paris, Maspéro.
- . (1976). **Etat et capital.** Paris, Maspéro.
- CORIAT, B. (1979). **L'atelier et le chronometre.** Paris, Borgeois.
- GRANOU, A. et alii (1979). **Croissance et crise.** Paris, Maspéro.
- GROU, P. (1977). **Monnaie, crise économique.** Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble/Maspéro.
- GUIBERT, B. (1976). **Genese et image de la division du travail.** Paris, Université de Paris I. (Tese).
- LAFONT, J. & LEBORGNE, D. (1979). **L'accumulation de capital et les crises dans l'URSS contemporaine.** Paris, CEPREMAP. (Report 1910).
- LEVY-GARBOUA, V. & WEYMULLER, B. (1981). **Macroéconomie contemporaine.** Paris, Economica.
- LIPIETZ, Alain (1979a). **Crise et inflation: pourquoi?** Paris, Maspéro.
- . (1979b). Nouvelle solution au probleme de la transformation: le cas du capital fixe et de la rente. **Recherches Economiques de Louvain**, /s. l., s. ed./, n. 45.
- . (1980). Conflits de repartition et changement technique dans la theorie marxiste. **Economie Appliquée**, /s. l., s. ed./, n. 33.
- . (1982). The "so-called transformation problem" revisited. **Journal of Economic Theory**, /s. l., s. ed./, n. 7.
- MARX, Karl (1967a). **Capital.** New York, International. v. 1.
- . (1967b). **Capital.** New York, International. v. 2.
- . (1967c). **Capital.** New York, International. v. 3.
- . (1968). **Theories of surplus-value.** Moscow, Progress. v. 2.
- . (1970). **A contribution to the critique of political economy.** New York, International.

MARX, Karl (1973). **Grundrisse**: introduction to the critique of political economy. New York, Vintage Books.

NIKAITO, H. & KOBAYASHI, S. (1978). Dynamics of wage-price spiral and stagflation in the Leontief-Sraffa system. **International Economic Review**, /s.l., s.ed./, n.19.

PARIJS, Philip van (1980). The falling rate of profit theory of crisis: a rational reconstruction by way of obituary. **The Review of Radical Political Economics**, New York, Union for Radical Political Economics, v. 11, n. 12.

THE REVIEW OF RADICAL POLITICAL ECONOMICS (1982). New York, Union for Radical Political Economics, v. 14, n. 2, summer.